

# Zapatismo, Hegemonia e Ruptura Com o Capitalismo<sup>1</sup>

Nicolle Berti<sup>2</sup>  
Darlan Montenegro<sup>3</sup>

Este trabalho discute a ação do zapatismo, pensado enquanto movimento engajado na superação da ordem capitalista, a partir de uma perspectiva gramsciana, levando também em consideração a proposta de expansão dos conceitos de *hegemonia*, *sociedade civil*, *sociedade política* e *bloco histórico* para o âmbito internacional, formulada por Robert Cox (1981, 1993). O principal argumento aqui desenvolvido é o de que o zapatismo atua na busca da desconstrução da *hegemonia* burguesa, no sentido conferido por Gramsci (2000) ao termo: a disputa, no interior da *sociedade civil*, para romper a *hegemonia* vigente e desconstruir o *bloco histórico* correspondente, em favor de valores, ideias e práticas sociais opostos aos dominantes.

Isto ocorre a despeito da ausência tanto de um projeto alternativo de poder como de um projeto alternativo global de sociedade claramente formulados pelo movimento. Sugerimos que, agindo no sentido de combater políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento associadas ao imperialismo, apresentando alternativas baseadas em formas comunitárias tradicionais mas também em valores políticos da tradição da esquerda socialista, e buscando se constituir como parte de uma rede global de movimentos que atuam nesse mesmo sentido, os zapatistas representaram, nos anos 90, a primeira tentativa importante de estabelecer um contraponto à hegemonia imperialista-neoliberal e, ao mesmo tempo, de constituir um caminho original, senão ao socialismo, a um tipo vagamente delineado de pós-capitalismo. Sua ação ultrapassa largamente os limites do *econômico-corporativo*, constituindo-se, de fato, num movimento de caráter *ético-político*, voltado para processos de transformação de amplo alcance.

## 1. Gramsci, Cox e A Questão da Hegemonia

A discussão proposta por Antonio Gramsci (2001) acerca do processo de formação de uma consciência que, partindo de conflitos concretamente estabelecidos no plano econômico, ganha, através do processo *catártico* da organização coletiva e do conflito social, um caráter transformador no plano político é, parece-nos, passados mais de três quartos de século desde sua elaboração original, uma forma extremamente eficaz de pensar a possibilidade de superação da ordem capitalista. A

---

<sup>1</sup> Este trabalho é o resultado parcial de pesquisa desenvolvida pelos autores, no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal rural do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

<sup>3</sup> Professor Adjunto de Teoria Política da UFRRJ

compreensão do fundamento econômico dos grandes conflitos sociais, acompanhada da leitura (herdada de Lênin) que afirma que a luta precisa ultrapassar essa esfera e ganhar um caráter efetivamente político (uma vez que é política a sustentação última do regime) constitui, em nossa visão, uma sofisticação e um aprofundamento das elaborações de Marx acerca dessa questão.

Essa formulação gramsciana articula-se com aquela que ele elabora acerca da estratégia socialista nas sociedades por ele chamadas *ocidentais*, brevemente resumida a seguir. Em seguida, discutimos também a proposta de Robert Cox de ampliação dessa formulação para a esfera das relações internacionais.

A teoria que Gramsci desenvolve no cárcere, para entender por que motivo a revolução socialista teria ocorrido na Rússia mas não se expandido para a Europa Ocidental (Coutinho, 1999) entende o Estado como a soma da *sociedade política* e da *sociedade civil*. A *sociedade política* seria o que classicamente chamamos de Estado. A *sociedade civil* seria uma esfera do mundo provado, na qual ocorre a disputa pela *hegemonia*. Para ele, a estratégia de agredir frontalmente o Estado não funcionaria no Ocidente europeu. Nas áreas de desenvolvimento capitalista mais adiantado (como no Ocidente), o poder burguês não se encontrava concentrado apenas na *sociedade política*, mas, principalmente, na *sociedade civil*. Nessas sociedades *ocidentais*, não seria suficiente conquistar o aparato de Estado, uma vez que o poder burguês encontra amplo apoio junto à *sociedade civil*. Este apoio é o amálgama de posições políticas, valores e expectativas, difundidas e reproduzidas por instituições tais como a Igreja, as escolas e os meios de comunicação, e também nas próprias fábricas e locais de trabalho. A esse apoio Gramsci dá o nome de *hegemonia*, ou direção intelectual e moral da sociedade. Nas sociedades *ocidentais*, é necessário, antes de derrubar definitivamente o poder burguês, ocupar espaços na *sociedade civil* e construir uma nova *hegemonia*, através de uma *guerra de posições* (GRAMSCI, 2000).

A forma específica como se configura a *hegemonia* constituída pela classe dominante, em consonância com as estruturas econômicas e sociais de um período determinado, é chamada por Gramsci de *bloco histórico*: trata-se da forma como a *infraestrutura* e a *superestrutura* se apresentam, através do entrelaçamento de relações sociais e relações políticas de dominação (GRAMSCI, 2000).

Robert Cox (1981 e 1993) ampliou o conceito de *sociedade civil*, a partir do contexto da globalização, sugerindo ser esse o espaço onde se processa a *hegemonia*, também no âmbito internacional. Para ele, as forças sociais que a compõem não existem somente dentro dos Estados nacionais. E as estruturas mundiais podem também ser descritas em termos de forças sociais. Os Estados desempenhariam um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e as configurações locais de forças sociais dentro de certos países. A *hegemonia* é entendida por Cox como uma relação na qual as potências assumem um papel dirigente com base em uma

combinação de recursos materiais, ideias e instituições, convencendo os demais Estados das vantagens daquela ordem para o conjunto do sistema (COX, 1993).

Sempre seguindo de perto as formulações gramscianas, para Cox a *hegemonia* é constituída pelas classes dominantes, que dirigem a sociedade civil por meio do poder do Estado, apresentando seus interesses privados como universais (COX, 1993). Assim, para que um Estado torne-se hegemônico, faz-se necessário que ele sustente uma ordem, e esta deve ser percebida como universal pelos demais Estados, na medida em que concebam que os seus interesses também estão sendo contemplados no projeto hegemônico. O consentimento se dá através da institucionalização e da constituição da legitimidade por meio da capacidade da hegemonia, de fazer concessões e estabelecer compromissos entre os demais atores, criando-se, assim, instrumentos internacionais de legitimação do poder.

Para Cox, o *bloco histórico* hegemônico internacional se constituiria com a reprodução de relações de produção, organizadas a partir de uma mesma dinâmica macroeconômica que incorporaria a maior parte dos países e regiões do mundo. Partindo da perspectiva da Teoria Crítica e dos esforços de tradução metodológica de Gramsci para as Relações Internacionais, as formulações de Cox sugerem que é importante analisar a atuação dos movimentos sociais de resistência na arena global, revelando a tensão gerada na imbricação das escalas global e local, no simultâneo processo de aprofundamento da globalização e da emergência de movimentos sociais globais de resistência.

## **2. Imperialismo em Tempos de Neoliberalismo; o Caso Mexicano e a Situação de Chiapas**

Numa das mais conhecidas sínteses do processo de evolução do neoliberalismo enquanto teoria e prática político-econômica, Perry Anderson (1996) afirma que este não consiste num mero retorno ao liberalismo clássico, mas possui uma estruturação própria e responde a interesses específicos de um momento da organização capitalista, indicando que:

“(...) trata-se de um corpo de doutrinas coerente, autoconsciente, militantes, lucidamente decidido a transformar todo o mundo a sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado”. (ANDERSON, 1997:22)

O autor situa o nascimento da proposta neoliberal nas teses de Friedrich Hayek contra o Estado de bem-estar social, nos anos 1940, afirmando que, no entanto, as teses neoliberais não foram imediatamente absorvidas, em decorrência do contexto econômico da época ser favorável ao

crescimento capitalista. Somente com a crise iniciada na década de 1970, o ideário neoliberal começaria a ganhar força. A partir do final dos anos 1970, as teses monetaristas que conformaram o receituário de políticas econômicas neoclássicas foram aplicadas em grande parte do mundo.

Esse movimento político, intelectual e econômico, ganhou força em países como o Chile de Pinochet, nos anos 1970, sob um regime ditatorial militar, apoiado pelas classes altas tradicionais, assim como pelo governo norte-americano. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, por outro lado, a contra-revolução neoliberal principiada por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, a partir de 1979, teve que ser instaurada por meios democráticos. Uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse, antes, o consentimento político da população para que se ganhassem as eleições. Uma ampla campanha ideológica ganhou força nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil (universidades, escolas, igrejas, associações profissionais). A ‘longa marcha’ das ideias neoliberais nessas instituições deu continuidade ao projeto que Hayek concebera já em 1947, através da cooptação de certos setores dos meios de comunicação e da conversão de muitos intelectuais à maneira neoliberal de pensar, criando um clima de opinião favorável ao pensamento neoliberal. Certamente, o projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite não teria condições de conquistar o consenso e a hegemonia, mas um esforço de defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo à base popular, disfarçando o trabalho de restauração do poder de classe. (HARVEY, 2011)

A nova fase do capitalismo e do imperialismo, a partir das mudanças operadas nas décadas de 1970 e 80, teve como base o processo de liberalização das atividades econômicas, a desregulamentação das relações de trabalho, a privatização das empresas estatais, o predomínio do capital financeiro e a hegemonia do imperialismo dos EUA. Essa nova configuração se associa, segundo David Harvey, a novas formas de apropriação do valor gerado pelo trabalho. Segundo esse autor, as leis descritas por Marx, que caracterizam o processo de acumulação, continuam vigentes, sob novas configurações. Ele chama a atenção para o fato de que, na atualidade, foram criados novos mecanismos de expropriação, por ele definidos como “Acumulação por espoliação”:

“O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado.” (HARVEY, 2004, p. 124).

A “acumulação por espoliação”, portanto, seria uma característica fundamental das políticas neoliberais. Ela operaria em nível local, a partir de interesses internacionais, através da ação de grandes monopólios, interessados em se apossar de riquezas que ainda não se encontravam submetidas à lógica da apropriação e circulação mercantil e à acumulação de capital. No mundo inteiro, ainda que em ritmos diferenciados, as décadas de 80 e 90 foram caracterizadas pela expansão desse modelo espoliativo, fortemente associado à dinâmica imperialista e aos interesses das grandes corporações globais. O centro dinâmico a partir do qual essas políticas foram implementadas foram os Estados Unidos da América. E quem exerce a *hegemonia* sobre o processo são as classes burguesias dos países do *centro* capitalista, em especial sua fração financeira, através da ação direta de suas instituições privadas, dos Estados dos países dominantes (em especial os EUA) e do controle sobre organizações supraestatais, tais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial (ANDERSON, 1995)

No caso latino americano, destacam-se como elementos importantes para a compreensão do êxito do ideário neoliberal, tanto a ação prévia de regimes autoritários quanto a obstinação pelo controle da hiperinflação. Assim, as reformas neoliberais parecem mais aceitáveis num quadro coercitivo, seja este marcado pela coerção política ou pela coerção econômica (ANDERSON, 1996). Isso preparou o caminho para a hegemonia de políticas neoliberais, que foram se impondo, desde o Chile de Pinochet e a Bolívia do MNR, passando pela adesão de forças nacionalistas, como no México e na Argentina, até chegar a partidos socialdemocratas, como nos casos da Venezuela, do Chile, do Brasil, chegando a abranger quase todo o espectro político, em muitos desses países (SADER, meio eletrônico).

A passagem ao ciclo longo recessivo não apenas significou a diminuição radical dos ritmos de crescimento, mas também a substituição do tema central do período anterior – o crescimento econômico – pelo de estabilização. A década de 1990 foi a do predomínio generalizado de governos neoliberais. Praticamente todos os países do continente foram vítimas das crises de dívidas externas, entrando na espiral viciosa de crise fiscal, empréstimo e cartas de intenções do FMI, enfraquecimento do Estado e das políticas sociais, hegemonia do capital financeiro, retração do desenvolvimento econômico, substituído pela busca da estabilidade monetária e, por fim, ajustes fiscais (ANDERSON, 1995 e HARVEY, 2001).

A implementação das políticas neoliberais no México teve início com o governo de Miguel de La Madrid (1982-1988). Tais políticas foram aprofundadas durante o governo de Salinas de Gortari (1988-1994) e seguiram sendo a orientação econômica vigente com os governos do PAN, de Vicente Fox e de Felipe Calderón (CALVA, 2000). Nesse período, os governos mexicanos trataram de

implementar as reformas que, esperava-se, deveriam fazer do México um modelo de economia aberta e de Estado mínimo (ÁVILA, 2006, p. 25). A aplicação do receituário neoliberal (privatizações, cortes de gastos públicos, desregulamentação da economia etc.) não teve como resultado o crescimento mas, como sabemos, sucessivas crises econômicas (CORREA, 2008). As crises acentuaram a redução do emprego formal assalariado, e as plantas das montadoras transnacionais, as chamadas *maquilas*, absorveram um expressivo contingente de trabalhadores precarizados, no período de 1994 a 2001 (LIMA, 2006).

A implementação de um modelo de desenvolvimento agressivamente voltado para a mercantilização de todas as esferas da vida também teve consequências para o mundo rural. Comunidades inteiras foram sistematicamente submetidas a um processo de desconstrução de suas formas tradicionais de vida e de integração forçada à dinâmica de produção subordinada aos interesses das grandes empresas multinacionais. O caso de Chiapas é emblemático, nesse sentido. Chiapas sintetiza a posição subalterna ocupada pelo país na nova divisão internacional do trabalho, no contexto da reestruturação do capital mundial. O estado chiapaneco possui terras férteis e subsolo rico em recursos minerais. Acima da terra, uma grande diversidade florestal em madeiras nobres e uma rica biodiversidade de fauna e flora. Além disso, o sudeste mexicano, onde se encontra Chiapas, possui abundantes jazidas de petróleo.

O estado enfrenta uma disputa real entre o capital petroleiro e as comunidades em torno dos terrenos que ocupam, já que quase toda a área oriental de Chiapas, onde foram detectadas jazidas importantes de petróleo, é habitada por indígenas, que sofreram remoções e desapropriação de suas terras, onde se estabeleceram as “fincas agrícolas” (propriedades rurais que fazem uso de mão-de-obra barata e se inserem na dinâmica de exportação de produtos agrícolas para os grandes mercados internacionais) e as “ganaderas” (áreas destinadas à pecuária). Essa região tão rica em petróleo é a que registra os índices mais altos de pobreza, no México (CECEÑA, y BARREDAS, 1998). A partir dessa perspectiva, observa-se que os conflitos latentes de Chiapas não se devem ao seu atraso tecnológico ou marginalização econômica, mas sim à sua inserção desigual e combinada no sistema capitalista mundial, e às contradições inerentes ao processo de reestruturação do capital (CECEÑA, 1998).

As implicações, para as comunidades chiapanecas, da aplicação das políticas neoliberais, com destaque para a crescente mercantilização dos recursos naturais e para a derrubada de quaisquer restrições à exploração desses recursos pelas grandes corporações norte-americanas, foram profundas. A população urbana ficou exposta a um reajuste profundo das condições de trabalho, com a desorganização das unidades produtivas. No campo, o desemprego e a superexploração se fizeram sentir de forma ainda mais sensível, com a privatização e expropriação de terras. Desde modo, o

NAFTA acarretou o acirramento das contradições do sistema, e implicou em uma certa coesão social de diferentes segmentos da sociedade que se engajaram na luta por direitos, que ganhou abrangência nacional. A rejeição pelo modelo neoliberal conferiu uma rearticulação da luta de classes no México, que sofria um momento de descenso, sob a insígnia da defesa da soberania estatal, dos valores nacionalistas contra o imperialismo norte americano e a proteção dos recursos estratégicos da nação contra o poder do capital. A principal reivindicação das classes populares mexicanas, naquele momento, girava em torno da cidadania e da participação no processo decisório do projeto de nação, contestando o privilégio exclusivo exercido pelas instituições políticas na condução de assuntos coletivos que dizem respeito ao conjunto da sociedade.

### **3. A Emergência do Zapatismo e a Luta Contra a Hegemonia Burguesa, em Tempos de Neoliberalismo**

O levante armado dos zapatistas de 1º de janeiro de 1994 significou um “ya basta” dos setores mais marginalizados e pauperizados da sociedade mexicana, camponeses e indígenas, herdeiros da cultura maia. Organizados, desceram das montanhas da Selva Lacandona para ocupar militarmente sete municípios do estado de Chiapas. Eles denunciavam a impossibilidade de exercer os seus direitos fundamentais e o acirramento das contradições historicamente enfrentadas por muitos países da América Latina, como preço por sua inserção no capitalismo mundial. Segundo Ceceña:

“Basándose en el artículo 39 de la Constitución, que sanciona la soberanía popular, un grupo de mujeres y hombres sin rostro levanta su voz para “detener la guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos”, “...sumido[s] en la ignorancia, en el analfabetismo, en la incultura” (CECEÑA, 1994. p.1).

A data do levante coincide com a entrada do México na área de livre comércio do NAFTA, que consumava a submissão da economia mexicana à maior e mais poderosa economia mundial, a economia estadunidense. O movimento encontrava-se, ao mesmo tempo, enraizado no mundo dos indígenas chiapanecos e voltado para o enfrentamento de uma ordem que compreendia como sendo internacional. Dentre as suas principais reivindicações estavam as demandas por “trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, dignidade, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (EZLN, 1994-2004). O EZLN aparece como um catalisador do descontentamento social acumulado ao longo de anos, produto de fatores sociais diversos e complexos, que se convertem agora na defesa pelos direitos indígenas e sua demanda por maior legitimidade. Ao mesmo tempo, compreende que as políticas neoliberais são responsáveis pelo agravamento de uma condição histórica de dominação.

As ações políticas do EZLN estão sustentadas também numa concepção de democracia que parte da experiência das comunidades indígenas e projeta-se em nível nacional, fazendo a crítica às limitações do modelo partidário-eleitoral mexicano e propondo novas formas de luta política que combatam radicalmente a exclusão social. Para lutar por essas demandas, o EZLN evoca a participação do campesinato, dos trabalhadores e trabalhadoras, dos estudantes e de todos os mexicanos “honestos que hacen del pensamiento y la palabra vida” (EZLN, 1994-2004).

A voz dos indígenas de Chiapas, se fez ouvir em todo o mundo através das declarações do subcomandante insurgente Marcos, apesar do esforço por parte do governo mexicano em abafá-la. A *Declaración de la Selva Lacandona*, foi o primeiro comunicado público lido pelos rebeldes que declaram guerra ao governo e ao exército federais, contemplando as expectativas de democratização da sociedade mexicana, e de pronto tornou-se o objeto de defesa da sociedade civil organizada que se comoveu e atendeu ao apelo dos zapatistas (BRANCALEONE, 2012). O zapatismo, conforme pode se depreender do que foi discutido até aqui, constitui, ao mesmo tempo, uma continuidade com o conjunto das lutas populares travadas na América Latina contra o imperialismo e as classes dominantes locais e uma inovação em relação a essas mesmas lutas.

Os zapatistas não adotaram uma estratégia exclusivamente limitar. Além disso, não se colocaram o objetivo da conquista do poder de Estado. Mas se propõem a “mudar o mundo” (LORENZANO, 1998). Mas também não parece ser verdadeira a leitura de Holloway (2003), para quem o tema da produção de um novo poder está de fato ausente na política zapatista. O que se propõe, aqui, é que a construção de espaços livres da dominação direta do capital, empreendida pelos zapatistas, bem como a adoção de práticas políticas igualitárias, articulada com o uso sistemático de instrumentos de comunicação de largo alcance, constituem, de fato, um esforço de enfrentamento da hegemonia burguesa em tempos de neoliberalismo, e de construção progressiva de um novo poder, a partir da atuação na sociedade civil, em âmbito nacional e internacional.

Uma eficiente rede de comunicação e solidariedade, utilizando os recursos do correio eletrônico e das redes de comunicação via Internet foi tecida em todo o mundo por ativistas de direitos humanos, simpatizantes da causa zapatista e movimentos sociais alternativos. Desde as primeiras semanas da aparição pública do EZLN, os comunicados da comandância zapatista e os do subcomandante Marcos, repletos de referências culturais, citações literárias, mitologia indígena e com fartas doses de bom humor, já podiam ser acessados eletronicamente de diversas partes do planeta a partir de listas de discussão sobre Chiapas na Internet, que eram abastecidas diariamente com informações frescas sobre o que acontecia na zona de conflito, e assim o EZLN rapidamente transformou-se também em importante fenômeno comunicacional ou mediático. Os comunicados zapatistas e as denúncias dos organismos humanitários circulavam pelo ciberespaço quase em tempo



real, abastecendo os ativistas de direitos humanos em todo o mundo e a imprensa internacional antes que os comunicados oficiais do governo (ORTIZ, 2005), os zapatistas empreenderam iniciativas direcionadas a tecer redes de resistência com a sociedade civil e buscaram a interlocução com forças políticas e sociais do país e do Estado de Chiapas.

Com todas as dificuldades, o EZLN estabeleceu-se em um grande número de comunidades indígenas no interior de Chiapas, e passou a organizar os denominados “territórios liberados” que depois seriam batizados de “municípios rebeldes”, com governos civis autônomos paralelos aos governos dos municípios oficiais (ibidem). A autonomia rebelde, princípio organizador dos municípios rebeldes era orientada pelas leis revolucionárias elaboradas em 1994, pelos zapatistas, e foram as primeiras medidas tomadas nos territórios liberados, sendo elas:

**Tabela 1 - Leis revolucionárias do EZLN (janeiro de 1994)**

<b>Lei de impostos guerra</b>
Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais. Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do “governo revolucionário”.
<b>Lei de direitos e obrigações dos povos em luta</b>
Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política. Eleição livre de representantes. Exigir do exército que não interfira em assuntos civis. Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário. Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução. Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.
<b>Lei de direitos e obrigações das forças armadas revolucionárias</b>
Denunciar os maus governos civis. Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil. Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.
<b>Lei agrária revolucionária</b>
Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes. Preservação de zonas de selva e reflorestamento. Os recursos naturais são propriedade do povo. Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.
<b>Lei revolucionária das mulheres</b>
Direito de decidir quantos filhos ter. Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil. Não podem ser obrigadas ao matrimônio.
<b>Lei da reforma urbana</b>
Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há quinze anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário de chefe de família. As mansões poderão ser ocupadas como moradias de muitas famílias.

<b>Lei do trabalho</b>
As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem. Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preço e salário. Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo antiguidade.
<b>Lei de indústria e comércio</b>
Proibida a açambarcagem. As indústrias falidas ou abandonadas passarão a fazer parte da propriedade da nação. Preços de produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.
<b>Lei da seguridade social</b>
São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os doentes sem família. As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

*Fonte:* ORNELAS, Raúl. “A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles.” Em: CECENÁ, Ana. **Hegemonias e Emancipações**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, apud BRANCALEONE, 2012, p. 259.

Como afirma Brancaleone (2012) o caráter socializante das leis revolucionárias pode ser percebido tanto no âmbito político, na configuração das relações de poder, quanto no econômico com a estrutura agrária, vale ressaltar a preocupação dos zapatistas com a situação de subalternidade da mulher, mesmo nas fronteiras da tradição indígena, essa isonomia de gênero existente no EZLN, que incentivava a presença de mulheres em seus quadros como insurgentes, fator importante de reconfiguração dos elementos patriarcais presentes na tradição indígena:

“Além da lei das mulheres e o exemplo das insurgentes e das *comandantas*, os zapatistas se utilizam ainda do espaço da educação autônoma e de seus meios de comunicação internos, como a *Rádio Insurgente*, para a realização de campanhas públicas de promoção de igualdade de gênero” (BRANCALEONE, 2012, p.285).

Em Chiapas, o movimento zapatista aposta, desde 1995, na criação dos municípios autônomos, resposta prática e ousada ao não cumprimento dos primeiros acordos de San Andrés pelo governo, em 1997 os zapatistas já haviam organizado publicamente 38 municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ) que funcionam sob um reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos, como o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio (ORNELAS, 2005), ao passo que o governo mexicano ainda presidido por Zedillo investia na militarização do Estado de Chiapas, (que chegou a representar quase 30% do efetivo nacional), particularmente das zonas com população predominantemente indígena. Assim observou-se que a estratégia do governo de Zedillo, no que refere a implantação do estado de direito mediante o uso da força foi instrumentalizada mediante as ações militares dissuasivas das

forças armadas mexicanas que objetivam levar a cabo uma política de contra insurgência em Chiapas, esgotando qualquer possibilidade de diálogo e negociação com o EZLN.

## Mapa 2 – Municípios e Territórios Rebeldes Zapatistas



Fonte: CIEPAC (2003), apud (ORNELAS, 2005, p. 7).

A busca constante por pontes de diálogo com a sociedade civil, seja a mexicana ou a mundial, sempre foi é uma prática constante do movimento zapatista, foi assim com a Convenção Nacional Democrática, realizada no primeiro Aguascalientes de Guadalupe Tepeyac, em 1994, depois, com o lançamento da Frente Zapatista (FZLN) e o impulso para a criação do Congresso Nacional Indígena (CNI). Em seguida, o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, o *intergalático*, que reuniu milhares de pessoas nos cinco Aguascalientes do território zapatista, em 1996. Desde então, os zapatistas se empenharam em fazer valer o cumprimento dos Acordos de San Andrés, bem como a aprovação da Lei de Direitos e Cultura Indígenas, governo após governo.

A última iniciativa zapatista inscreveu-se no marco da oportunidade política que pareceu abrir-se com a derrota histórica do Partido Revolucionário Institucional (PRI) nas eleições presidenciais de 2000, após exercer o poder durante 71 anos ininterruptos, para o candidato do Partido

Ação Nacional (PAN), Vicente Fox, no entanto a atitude dos poderes federais foi novamente negativa, tanto a Presidência como o Congresso da União, e posteriormente a Suprema Corte de Justiça, desatenderam a vontade majoritária que se expressara em torno da proposição da Lei sobre Direitos e Cultura Indígenas, apresentada ao Congresso pelo próprio presidente Vicente Fox. E em março de 2001, a Lei Indígena imposta pelo Congresso mais uma vez estava muito distante do pactuado em San Andrés, e foi nessa ocasião que o EZLN rompe todo contato com o governo, declarando-se “em resistência e rebeldia” (ORTIZ, 2005).

Em resposta a essa manobra, os zapatistas convocaram novamente a sociedade civil e realizaram, em março e abril de 2001, a impressionante Marcha Indígena, de mais de mil quilômetros, de Chiapas até a Cidade do México. Nesse período se observa uma virada estratégica do movimento zapatista, que inaugura uma nova fase de atuação marcada pelo fim da trégua entre o governo e o EZLN, que sai da selva e das montanhas rumo aos territórios habitados pelas “bases de apoio” zapatistas. Após as várias tentativas infrutíferas de diálogo com o poder estatal, os zapatistas desenvolvem uma certa “desilusão” acerca da classe política nacional, que resulta na sua posição de rechaço ao “poder”<sup>4</sup>, e pelo redirecionamento das ações do EZLN, que agora se dedica a construir a alternativa de “Los Caracoles y las Juntas de Buen Gobierno” em suas bases de apoio comunitárias, bem como busca tecer redes de organizações antiglobalização, tanto no México como no mundo. Cassio Brancaleone descreve esse processo de reordenamento interno das ações zapatistas, a partir desse momento:

“O fracasso contínuo nas negociações com os agentes governamentais e dos dois *diálogos* levou o EZLN a iniciar uma nova fase de ações, pautadas em duas direções: *prosseguir na resistência armada e passar a concretização unilateral do processo de autonomia*. De modo que viria à luz, em 2003, um intenso esforço de reordenamento interno da região ocupada pelos zapatistas, culminando na criação dos “Caracóis”, e em 2005, a formação de um grande movimento civil denominado “A Outra Campanha”, pautado na severa crítica aos partidos políticos e ao Estado mexicano, e convocando uma grande frente popular itinerante para elaborar um “programa nacional de luta”. (BRANCALEONE, 2012, p. 264)

O movimento zapatista pretende se converter numa importante força política, mas não numa força eleitoral, visto que considera que esse sistema está totalmente corrompido e que se tem que criar uma alternativa nova. Vislumbra uma organização da sociedade civil realizada a partir das bases e uma transformação das relações políticas, na medida em que o movimento zapatista concebe o poder

---

<sup>4</sup> O “poder”, é aqui entendido como o da imobilidade. Implica na destruição da Nação mexicana, nega a sua história e as suas raízes, vende a sua soberania, faz da traição e do crime os fundamentos da moderna política, e da simulação e da mentira, o meio pelo qual se obtém êxito político, impõe um programa econômico que só consegue prosperar na desestabilização e na insegurança de todos os cidadãos e cidadãs, e utiliza a repressão e a intolerância como argumentos de governo. (FZL, 1997)

de maneira diferente da dos partidos. Para os zapatistas, o poder implica na reconstrução da Nação mexicana da única forma possível, a saber, de baixo para cima; recuperar a história e a raiz de nosso povo; defender a soberania; lutar por uma transição à democracia que não simule uma mudança, mas que seja um projeto de reconstrução do país; lutar por um país que tenha a verdade e o mandar obedecendo como norma do que fazer político; lutar para que a democracia, a liberdade e a justiça sejam patrimônio nacional, lutar para que o diálogo, a tolerância e a inclusão construam uma nova forma de fazer política, é uma relação social que tem que transformar o modelo imperante, modificando as relações de poder estruturalmente, como fizeram as comunidades indígenas e camponesas que organizaram o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) de maneira democrática, com ampla participação das bases (LEÓN, 1994).

Em meio a incontáveis agressões, desde as ofensivas militares de fevereiro de 1994 que buscavam eliminar a ação do EZLN, e a de 1998, contra os Municípios Autônomos, até a hostilidade cotidiana contra as comunidades, as instâncias autônomas empreenderam diversos trabalhos para atender as necessidades básicas dos habitantes das comunidades zapatistas, de tal modo que a autonomia não é apenas, nem principalmente, um projeto político, mas um processo de criação da auto-gestão da vida social nestas comunidades: seus maiores méritos residem em “ter conseguido sobreviver em condições de perseguição, hostilidade e pobreza que poucas vezes podem ser encontradas na história do mundo (ORNELAS, 2005).

Depois da sanção da reforma constitucional, se iniciou um processo interno de reestruturação e fortalecimento das comunidades indígenas e dos quadros políticos e militares do EZLN em Chiapas, ao mesmo tempo em que se realizou uma consulta entre essas bases sobre o caminho a seguir. Como resultado disso e em face de uma “fase superior de organização” autônoma zapatista, em 2003 os Aguascalientes, que foram concebidos como lugares de encontro das comunidades e da “sociedade civil”, onde se produziu uma troca permanente que evitou o isolamento da luta zapatista e propiciou ajuda material e política significativa para a construção da autonomia zapatista, dão lugar aos novos *Caracoles*, e seus centros políticos e culturais, que tinham como objetivo impulsionar o sistema de governo autônomo implementado no território zapatista, denominado *Juntas de Buen Gobierno*.

**Tabela 2 - Objetivos, tarefas e primeiras medidas das JBG**

Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades.
Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e governamentais.
Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção desses erros, e vigiar seu cumprimento.

Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias MAREZ, tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e as formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos MAREZ.
Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos MAREZ.
Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.
De comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos MAREZ em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar os mesmos.
Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda, mande obedecendo.
Decidir, depois de avaliar a situação das comunidades, onde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É obrigatório a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante do total do projeto, destinado a outra comunidade que não recebe apoio, para equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.
Registrar pessoas, comunidades e sociedades de produção e comercialização zapatistas. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às JBGs para apoiarem aqueles que não podem comercializar seus produtos ou não recebam nenhum tipo de apoio.

Fonte: Subcomandante Marcos, 2003. Apud. BRANCALEONE, 2012. p. 267

Os *Caracoles* são as sedes das JBG, criadas como novas instâncias de coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e das organizações populares e ativistas do resto do México e do mundo. Sobre a base dos MAREZ foram estabelecidas cinco regiões que são coordenadas cada uma por uma Junta. As JBG surgem do acúmulo político realizado ao longo dos anos e tentam superar alguns problemas que surgiram no processo de construção das autonomias. Nos anos anteriores, tinham-se evidenciado diferenças entre as diversas comunidades indígenas zapatistas, especialmente no contato e apoio dos diversos grupos e organizações nacionais e internacionais. O apoio tinha-se concentrado principalmente nas comunidades e regiões de mais fácil acesso (ORNELAS, 2005). Por isso, uma das funções principais das JBG é estabelecer melhores espaços de coordenação entre as comunidades zapatistas e outras organizações com o fim de melhorar a distribuição das contribuições e projetos, levando em conta as necessidades da cada município e estabelecendo um plano mais amplo. Com as JBG foram introduzidas mudanças tendentes a ampliar os benefícios da autonomia a todos os membros, e cada região autônoma zapatista passou a contar, portanto, com três níveis de “governo civil”: o *regional*, com uma JBG; o *municipal*, integrado por um *Conselho Autônomo* de um MAREZ, e o *comunitário*, com autoridades das “comunidades em resistência” (BRANCALEONE, 2012)

**Tabela 3 – Os Caracoles e as Juntas de Buen Gobierno**

<b>Caracóis</b>	<b>Junta de Bom Governo</b>	<b>Sede</b>	<b>Povos</b>
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños	Hacia la esperanza (Selva Fronteriza)	La Realidad	Tojolabales, Tseltales e Mames.
Torbellino de nuestras palabras	Corazón del arcoíris de la esperanza	Morelia	Tseltales, Tsotsiles e Tojolabales.
Resistencia hacia un nuevo amanecer	El camino de futuro	La Garrucha	Tseltales
El caracol que habla para todos	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	Choles, Zoques e Tseltales.
Resistencia y rebeldía por la humanidad	Corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo	Oventik	Tsotsiles e Tseltales.

Fonte: Subcomandante Marcos, 2003. Apud. BRANCALEONE, 2012, p. 266.

Cada *Caracole* corresponde a uma delimitação territorial, com um certo número de municípios rebeldes, que são regidos pelo princípio de autogoverno inspirado em mecanismos de democracia direta, como assembleia popular e mandato imperativo de conselhos. Sob a consígnia de mandar obedecendo, delegados eram enviados as suas respectivas JBG e passaram a integrar formalmente o *Caracole*, segundo Brancaleone:

“A nova configuração, além de acentuar as funções dos MAREZ na condução da administração da justiça, da saúde comunitária, da educação, da habitação, da terra, do trabalho, da informação e da cultura, da produção, do comércio e do trânsito local, possibilitou a edificação de uma instância de articulação regional” (BRANCALEONE, 2012, p. 267).

Deste modo, junto com a construção de formas de autogoverno, avançou-se na prestação da justiça e na criação de coletivos produtivos, culturais, de saúde e de educação próprios que permitem melhorar as condições de vida das comunidades, e isso é o que têm permitido às comunidades sobreviver em condições de perseguição e hostilidade, se constituindo nos suportes materiais para a resistência; e, inclusive, ir além da pura resistência e se transformar em referências político-práticas (MARCOS, 2004). Cabe ressaltar que as JBG, também servem ao intuito de reduzir as confrontações que ocorrem entre comunidades zapatistas e não zapatistas. , visando ampliar o alcance de seu projeto, não apenas para ganhar maior legitimidade, mas para ir construindo acordos com outros atores locais<sup>5</sup>

<sup>5</sup> As relações e acordos entre os zapatistas e outras organizações chiapanecas caracterizam-se geralmente pelo respeito mútuo de suas autonomias, tentando não se intrometer nos assuntos do outro. Estes acordos são possíveis já que em muitos casos os envolvidos compartilharam, em outros momentos, os mesmos processos organizativos ou projetos de luta.

e extra locais que lhes permitam enfrentar as variadas estratégias governamentais, e a permanente ação militar e paramilitar que visa justamente fomentar as polarizações inter e intracomunitárias (DIEZ, 2012). Trata-se, portanto, de melhorar as relações entre as comunidades da área e a interação das comunidades zapatistas com a sociedade civil nacional e internacional.

### **Conclusão**

Fosse o zapatismo um movimento restrito à resistência local e aos interesses da população indígena chiapaneca, ele poderia ser considerado, no léxico gramsciano, como um típico movimento de caráter *econômico-corporativo*, sem vocação para a luta hegemônica. Mas o EZLN vai além. Compreende o seu lugar, tanto no longo processo histórico de espoliação das populações indígenas pela colonização e pelo imperialismo, como a configuração contemporânea dessa mesma dominação, nos marcos do neoliberalismo, bem como a posição ocupada pelo México, nesse quadro geral. Além disso, engaja-se ativamente na superação dessa dominação, inclusive no plano internacional. Trata-se, não há dúvida, de um movimento profundamente marcado por um caráter *ético-político*. As razões que levaram à emergência de um movimento com essas características específicas, assim como a singularidade do zapatismo enquanto ator na luta pela hegemonia, fogem ao escopo deste trabalho. Mas acreditamos que é extremamente relevante o fato de que um movimento de base social indígena tenha cumprido esse papel, na eclosão do enfrentamento com a ordem neoliberal.



## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- ÁVILA, José Luis. *La era neoliberal*. México, D.F., Oceano, 2006
- BRANCALEONE, Cassio. *Sobre o Significado da Experiência de Autogoverno Zapatista*”, tese de doutorado, Rio de Janeiro, IESP-UERJ, 2012.
- CALVA, José Luis. *México más allá del neoliberalismo*. México, D.F., Plaza & Janés, 2000.
- CORREA, Eugenia; DÉNIZ, José; PALAZUELOS, Antonio (Coord.). *América Latina y Desarrollo Económico: Estructura, inserción externa y sociedad*. Madrid: Akal, 2008
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COX, R. W. “Social forces, states and world orders: beyond international relations theory”. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 02, p. 126-155, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Structural issues of global governance: implications for Europe”. In: GILL, S. *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- DIEZ, Juan. “Os múltiplos processos de construção da autonomia do movimento zapatista”, 2006. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 48, N. 3, p. 215-224, set/dez 2012
- GILL, S; LAW, D. “Global hegemony and the structural power of capital”. In: GILL, S. *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University, 1993
- GRAMSCI, A. “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 11-110, Caderno 13, vol. 3.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2ª edição. 2011.

\_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Loyola. 2001

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos – 1875-1914*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

HOLLOWAY, J. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo, Viramundo, 2003.

LENIN, V. I. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, São Paulo: Global, 1987.

LIMA, M. C. “México: os efeitos perversos do Nafta”. Brasília: Ipea. Agosto 2006.

LORENZANO, Luis. “Zapatismo, Recomposition of Labour, Radical Democracy and Revolutionary Project”. In: *Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico*. (John Holloway and Eloina Peláez (Eds.)). Londres: Pluto Press, 1998.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. “Das montanhas mexicanas ao ciberespaço”. *Estudos Avançados* 19. 2005.

SADER, Emir. “A América Latina e o período histórico atual”

Em: <http://www.galizacig.com/avantar/opinion/26-10-2009/a-america-latina-e-o-periodo-historico-atual>>. Acesso em: 19 de Abril de 2013)

## Fontes

Subcomandante Insurgente Marcos 1994 “El Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía” em EZLN *Documentos y comunicados* (México: ERA).

Subcomandante Insurgente Marcos 1995 *La historia de los espejos*. Disponível em <www.ezln.org>.

Subcomandante Insurgente Marcos 2003 *La Treceava Estela*. Disponível em <www.ezln.org>

Subcomandante Insurgente Marcos 2003a “Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer” em Muñoz Ramírez, Gloria 20 y 10 *el fuego y la palabra* (México: Rebeldía/La Jornada).

Subcomandante Insurgente Marcos 2003b *Mensaje a las autoridades autónomas*, 9 de agosto. Disponível em <www.ezln.org>.

Declaração da Selva Lacandona, publicada no jornal do EZLN, “El Despertador Mexicano”, no diário *La Jornada* e outros meios de comunicação. Disponível em [www.ezln.org](http://www.ezln.org) ou [www.jornada.unam.mx](http://www.jornada.unam.mx)